



Pecuária Verde alavanca lucro de fazendas no Pará: Projeto em Paragominas (PA) envolveu adequação ambiental e agrícola resultando em ganhos acima da média local



Projeto Pecuária Verde tirou Paragominas da lista negra do Ministério do Meio Ambiente

Em 2011, o professor Ricardo Ribeiro Rodrigues, do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, colocou em prática o projeto Pecuária Verde, na **cidade** de Paragominas (PA). Entre 2008 e 2010, o município paraense esteve na incômoda lista negra do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como umas das cidades que mais promovem desmatamento e desrespeitam as leis ambientais no âmbito da Floresta Amazônica. Isso por conta do modelo extensivo da atividade pecuária e a exploração desmedida por parte do setor madeireiro. Em 2009, Rodrigues foi convidado pela prefeitura local e pela The Nature Conservancy (TNC) para tentar equalizar a questão e ajudar Paragominas a sair da lista negra do MMA. Sem **sucesso** na tentativa de convencer pecuaristas a diminuírem a área de pasto e plantarem árvores nativas próximas aos leitos dos rios, o pesquisador modificou seu plano de atuação e instituiu o projeto Pecuária Verde. “Na cultura tradicional dos produtores da região era impossível conceber uma realidade diferente daquela, mesmo com uma rentabilidade baixa por hectare. Foi então que propomos um projeto mais amplo, que envolvesse adequação ambiental e agrícola que resultasse em ganho líquido acima da média local”.

Segundo o professor da Esalq, um dos problemas que mais preocupava os produtores no início do projeto era o tamanho do pasto invadindo Área de **Proteção** Permanente (APP) e reserva legal (RL) de suas propriedades, que imaginavam ser grandes. “A ideia de que seria preciso gastar muito na recuperação dessas áreas assustava muitos produtores. No entanto, o levantamento realizado utilizando imagens de satélite e muita checagem de campo revelou que o passivo ambiental nas propriedades era muito menor do que se imaginava, sendo possível equacioná-los com baixo custo e mais que isso, não iria comprometer significativamente a atividade de produção”.

Ainda segundo Rodrigues, no caso das APPs, em nenhuma das seis fazendas do projeto, o passivo ambiental chegou a 2,5% do tamanho da propriedade, estando em média 1,2%. “O quadro mostrou-se ainda mais favorável devido às condições da Amazônia, com muitas florestas na paisagem regional, clima muito favorável para crescimento das espécies – sol e chuva constante – e atividade agrícola não muito tecnicizada [pecuária]”. Em quase todas as propriedades a recuperação das APPs está sendo feita principalmente com restauração passiva. “Isso significa apenas promover o abandono da área [sem roçar e sem passar herbicida],

sem necessariamente ter que isolar essa área do gado, reduzindo fortemente os custos com construção de cercas, que é um dos principais custos da recuperação e com plantio de mudas”. Completando, o docente explica que, em poucos casos, está sendo necessário o plantio de espécies nativas na recuperação dessas áreas.

Manejo do pasto

Para **garantir** rentabilidade superior a que estavam acostumados, pecuaristas de Paragominas passaram a ser auxiliados por um outro professor da Esalq, Moacyr Corsi, docente sênior do Departamento de Zootecnia (LZT). Logo que chegou, Corsi identificou a qualidade precária das pastagens naquela região e propôs manejo intensivo, baseado na rotação de pastagens. “Por esse sistema, dividimos o rebanho em grupos e a área em lotes. Assim cada grupo pasteja por alguns dias em cada lote, de modo que o capim se recupera mais rapidamente e com melhor qualidade”, explica Corsi. Com o vigor do capim reconquistado e com mais cabeças por hectare, os fazendeiros inseridos no Pecuária Verde viram sua rentabilidade subir de R\$ 70,00 para mais de R\$ 700,00 por hectare ao ano.

Reserva legal

No caso das áreas de reserva legal, o professor Rodrigues afirma que a maioria das propriedades já apresentavam a porcentagem de reserva legal superior àquela exigida na legislação vigente. “Algumas poucas com déficit de RL tinham dentro da propriedade áreas de pastagem, mas que foram implantadas em situações de baixa aptidão agrícola, tendo por isso baixa produtividade e por isso foram destinadas para complementar a reserva legal”. Nas áreas de reserva legal foi implantada ainda uma grande inovação, que foi o enriquecimento com espécies nativas frutíferas e madeiras para serem regularmente exploradas economicamente, com manejo florestal de baixo impacto. “A diversificação da propriedade de pecuária resultou uma fonte adicional de renda ao produtor, que passou a produzir também frutas e madeiras nativas, dando uma destinação mais aceitável da reserva legal, já que o sentimento anterior era de perda de até 50% da sua propriedade com a reserva legal”, complementa Rodrigues.

Coordenadas pelo professor Ricardo Ribeiro Rodrigues, ações de capacitação foram implementadas pela equipe do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (Lerf) junto aos técnicos, gerentes e proprietários das fazendas do Pecuária Verde. “Assim encerramos um ciclo, de forma a viabilizar a implantação da regularização ambiental nas propriedades”, finaliza.

Foto: Pedro Bolle / USP Imagens

Mais informações: (19) 3429.4109/4485/4477 e 3447.8613
Caio Albuquerque, da Esalq em Piracicaba
Agência USP